

POBREZA: REFLEXÕES ACERCA DO FENÔMENO

Poverty: Reflections on the Phenomenon

Adir Valdemar Garcia^(*)
Paulo Sérgio Tumolo^(**)

RESUMO: O texto tem por objetivo apresentar reflexões em torno da pobreza no capitalismo. Destacamos algumas das explicações oferecidas para o fenômeno, detendo-nos, em especial, nas de cunho social-democrata e naquelas de cunho marxista. Buscamos apresentar as limitações contidas nas explicações dos autores social-democratas, principalmente no que diz respeito à compreensão destes com relação à diminuição e, até, erradicação do fenômeno no interior deste sistema social. Tal processo de diminuição/erradicação tem o Estado como elemento central e, como pressuposto básico, a possibilidade de controle do capital. A compreensão marxista acerca do fenômeno parte do entendimento de que o capital é um sistema incontrolável e de que a pobreza é condição deste sistema, não permitindo, portanto, uma diminuição progressiva e sustentável e, em especial, sua erradicação. Neste sentido, os processos de diminuição da pobreza são sempre localizados e conjunturais. A importância de reflexões sobre o tema é incontestável, visto que as estatísticas globais apontam para o fato de, no início deste século, 50% da população mundial viver nesta condição. Proposições descoladas de uma análise da lógica de produção e reprodução do capital, mesmo que críticas, acabam por servir como instrumento de manutenção do *status quo*. Neste sentido, refletir sobre tais proposições contribui para que tenhamos uma maior clareza sobre as possibilidades de a humanidade superar este que tem sido considerado o maior dos seus problemas. O artigo contém seis seções. A primeira se dedica à apresentação das diversas significações do conceito de pobreza. A próxima seção trata das causas da pobreza na concepção social-democrata, enquanto a terceira se refere às soluções apontadas para pobreza pela social-democracia. A quarta seção compreende um conjunto de considerações críticas da definição de pobreza apontada pelos sociais-democratas, bem como as saídas formuladas. A quinta seção contempla uma reflexão acerca da pobreza numa perspectiva marxista. A sexta seção contém as notas conclusivas.

Palavras-chave: Pobreza, Capital, Social-democracia, Marxismo.

ABSTRACT: This article aims at presenting reflections on poverty in capitalism. Some accounts of the phenomenon are highlighted with special focus on the socio-democratic and Marxist ones. The limitations of the accounts put forth by the socio-democrats are shown, particularly in respect to their understanding of the reduction, or even the elimination, of the phenomenon within the social system of capitalism. Such a process of reduction or elimination has the State as its central element and as its basic presupposition the possibility of the capital control. The Marxist account of the phenomenon departs from the understanding that the capital is an uncontrollable system and that poverty is a condition of the system, which goes against the proposition that it allows for a progressive and sustainable reduction of poverty, or its eradication. In this respect, the processes of reduction of poverty are always specific to places and situations. The importance of discussion on the issue is indisputable in that the global statistics point to the fact that, in the first years of the current century, 50% of the world population lives in this condition. Propositions dissociated from an analysis of the logic of production and reproduction of the capital, even when critical, eventually serve as instruments of maintenance of the *status quo*. Thus, reflecting on such propositions contribute to a better understanding of the possibilities of humankind to overcome poverty, considered one of its most serious problems. This article is structured in six sections. In the first one we present several concepts of poverty, in the next two sections the core is, respectively, the social-democracy and Marxist views. The fourth section comprehends a critical discussion on the social democracy approach and its public policy propositions while the fifth deepens the marxist perspective. Finally the sixth section presents our conclusions.

Keywords: Poverty, Capital, Social democracy, Marxism.

(*) Professor Doutor das Faculdades Energia — Brasil. Rua Saldanha Marinho, 51. Florianópolis. E-mail: <adirvg@yahoo.com.br>.

(**) Professor doutor do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina — Brasil. E-mail: <tumolo@ced.ufsc.br>.

A pobreza é um fenômeno social histórico e complexo e, como tal, exige cuidados para não ser interpretado de um modo reducionista. No capitalismo, tal fenômeno ganha contornos diferenciados, exigindo novas explicações. Na atualidade, a condição de insustentabilidade da vida em que tem sido posta uma boa parcela da população mundial tem suscitado muitas preocupações por parte de intelectuais, governos e entidades não governamentais. Essas preocupações surgem, principalmente, porque o pauperismo que, em alguns países, tinha sido equacionado agora volta a tomar força, o que, de certa forma, põe em xeque as estratégias utilizadas para lidar com o problema.

A pobreza tem sido analisada a partir de diferentes matrizes teóricas, o que leva à especificação de causas e soluções diferenciadas. De modo mais abrangente, podemos destacar três matrizes teóricas que analisam este fenômeno diferentemente: a liberal/neoliberal, a social-democrata e a marxista.

A corrente social-democrata é a que consegue exercer maior domínio em termos políticos, contrapondo-se tanto ao liberalismo clássico/neoliberalismo — apesar de assumir seus princípios⁽¹⁾ — como ao marxismo. Porém, entendemos ser a teoria marxista a que oferece um conjunto de argumentos que consegue explicar a pobreza a partir da análise da produção e reprodução do capital, contrapondo-se, por sua vez, ao liberalismo clássico/neoliberalismo e à social-democracia.

As análises feitas em relação ao fenômeno pobreza no capitalismo, em sua ampla maioria, espelham uma crítica à forma como as sociedades conduziram, até o momento, os processos de produção e reprodução da vida de seus membros, principalmente pelo fato de estas sociedades sempre conviverem, em graus diferentes, com um determinado número de indivíduos vivendo nesta situação. A partir da década de 1970, grande parte das críticas é feita por autores de linhagem social-democrata em contraposição, principalmente, aos “neoliberais”. Neste artigo trataremos especificamente das explicações do fenômeno pobreza oferecidas pela social-democracia e pelo marxismo.

1. SIGNIFICAÇÕES DA POBREZA

A pobreza é um fenômeno histórico e tem sido analisada de formas diferentes. Ela já foi considerada um fenômeno natural; entendida como resultante do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas; tomada, de modo mais enfático, como uma condição resultante da responsabilidade individual, passando a ser entendida como um fenômeno social, o que não significou o abandono de análises sobre a responsabilidade individual por tal condição. Todavia, a ênfase é dada, sem dúvida, à acepção da pobreza como resultado das relações sociais.

Também é um fenômeno que só pode ser apreendido por comparação, sendo que sua significação, em geral, expressa negatividade, “falta” de algo necessário para a própria vida⁽²⁾, o que leva à necessidade do estabelecimento de medidas.

(1) Entendemos que a matriz teórica social-democrata parte dos princípios do liberalismo, mas difere-se deste fundamentalmente quanto ao papel atribuído ao Estado no que diz respeito à solução dos problemas sociais e à regulação do sistema.

(2) Dizemos “em geral” porque ela pode ser tomada positivamente, posição defendida por Tévoédjré (1982), desde que não represente miséria ou indignância, mas sendo assumida como o “padrão possível” para toda a humanidade, o que

As necessidades “mínimas” ou “básicas”⁽³⁾ se constituíram em parâmetros estabelecidos pelas diversas sociedades em diferentes momentos históricos, para definir quantos de seus membros não estariam aptos, por falta de condições, a estarem “socialmente integrados”. A ampla maioria dos autores social-democratas, bem como dos liberais/neoliberais, faz referência à “exclusão social”, o que entendemos constituir-se em um equívoco. As pessoas não estão excluídas das sociedades, mas de dinâmicas específicas dessas sociedades, sendo que a condição de cada um reflete o modelo de organização social. É o estabelecimento dos parâmetros de medição da pobreza que se constitui como um dos elementos centrais de apreensão e compreensão do fenômeno.

Em relação a sua significação, parece haver um consenso, ou seja, significa “falta de algo”. No entanto, entre os aqui denominados social-democratas, aparecem dissensões em relação ao que “falta”, ou melhor, em relação a qual elemento faltante é o fundamental. Alguns definem a pobreza como “falta de recursos materiais para a manutenção da vida”, o que denominamos como uma tendência que enfatiza a “dimensão econômica” do fenômeno⁽⁴⁾; outros, como “falta de cidadania”, tendência que enfatiza a “dimensão política” como a mais importante⁽⁵⁾. Esta hierarquização, de certa forma, compartimenta os elementos que configuram o fenômeno, o que dificulta sua compreensão. Os autores não tratam estas dimensões como excludentes, mas só o fato de hierarquizá-las acaba provocando uma sensação de que o econômico está separado do político, e, por isso, as soluções podem se dar a partir da vontade política dos governantes em implantar um modelo econômico que propicie a diminuição/erradicação da pobreza⁽⁶⁾, ou a partir da politização dos indivíduos com vistas a se tornarem cidadãos. Esta hierarquização, ao que parece, resulta do fato de os autores, ao não conseguirem equacionar o problema a partir de suas assertivas, buscarem apresentar soluções que não sejam dependentes daquilo que, na nossa compreensão, é uma única dinâmica e não depende de “vontades” individualizadas de governos ou de “candidatos a cidadão”.

Isto faz com que a significação da pobreza que, a princípio, poderia ser tomada como simples, enquanto “falta de algo”, expresse-se em toda a sua complexidade. Passamos, então, a tecer alguns comentários sobre as causas da pobreza a partir da perspectiva social-democrata.

2. AS CAUSAS DA POBREZA A PARTIR DA PERSPECTIVA SOCIAL-DEMOCRATA

Os autores social-democratas destacam como causas da pobreza elementos referentes a dimensões individuais e sociais, nacionais e globais, o que também expressa a complexidade do fenômeno. Desemprego; má distribuição de renda; precarização do trabalho e diminuição

significa abrir mão do que é considerado “supérfluo”. Este autor não faz uma separação das dimensões econômica e política como o fazem os demais aqui apresentados. Apesar de sua visão do fenômeno ser diferenciada, coloca-se no campo social-democrata quando aponta a necessidade de reformas para a construção de uma outra forma social.

(3) Sobre o debate em torno das necessidades “mínimas” ou “básicas” ver: Pereira (2002), Sposati (1998), Dieterlen (2002).

(4) A exemplo de Abranches (1987); Barros, Henriques e Mendonça (2000), Rocha (1995 e 2000); Alayón (1995 e 2004); Soares (2001); Cohen (1998); Schwatzman (2004); Bauman (1999); Dupas (1999); Chossudovsky (1999); Venanzi (2002); Pochmann *et al.* (2004); Fraser (2002).

(5) A exemplo de: Demo (1996); Telles (2001); Costa (1998); Fernandes (1998).

(6) A compreensão de Soares (2001) é exemplar. A autora aponta a “opção política” como fundamental para solucionar a pobreza, mesmo que a situação econômica não seja favorável. Ver também Dieterlen (2002).

dos níveis salariais; crescente especialização em termos de capacidade profissional, o que condena muitos a estarem excluídos do mercado de trabalho; subordinação ao imperialismo, o que faz com que algumas regiões não se desenvolvam, permanecendo pobres; falta de um Estado de Bem-Estar Social que garanta políticas sociais eficientes e universais; a “globalização excludente”; a falta de cidadania, que por sua vez dá origem à “pobreza política”, calcada na falta de poder do pobre para se libertar dessa condição; a impossibilidade de colocação de todos no mesmo patamar de consumo em função das próprias limitações socioambientais, o que coloca grupos populacionais em condição bem inferior, enfim, todas essas causas são apontadas como estando relacionadas à aplicação do “receituário neoliberal”.

As causas da pobreza podem derivar de questões locais, nacionais ou globais. Em termos local e nacional, as causas destacadas estão relacionadas à escolha de um determinado modelo econômico que, por sua vez, reflete uma determinada opção política. Isto possibilita compreender que um governo local ou nacional teria como solucionar a pobreza a partir da adoção de um “outro” modelo econômico, o que expressaria uma “outra” opção política. O que parece é que os autores social-democratas querem expressar que há uma “maldade” implícita, ou uma “intencionalidade”, na adoção de um modelo econômico e político que não dê conta de solucionar a pobreza. Por isto, as críticas dos “social-democratas” são remetidas diretamente aos liberais/neoliberais. É de se esperar, portanto, que governos contrários ao liberalismo/neoliberalismo optem pelo favorecimento dos considerados pobres.

No que diz respeito à tomada do fenômeno na sua dimensão global, a análise não se afasta muito disso. Continua vigorando a compreensão de que existe uma certa “maldade”, ou intencionalidade, na escolha das políticas globais que favorecem alguns países em detrimento da ampla maioria dos demais. Essas críticas são dirigidas ao “colonialismo”, ao “imperialismo”, ao “protecionismo”, à “dominação”, etc. Tal compreensão também deriva do fato de haver, globalmente, uma dominação, por parte dos países mais ricos, pautada nas “políticas neoliberais”.

A globalização é posta como tema central nos debates atuais sobre a pobreza. Se para alguns, a exemplo de *Dupas* (1999) e *Chossudovsky* (1999), é um processo que tem influência direta — principalmente quando tratada como “globalização financeira” — sobre a ampliação da pobreza, para outros, como no caso de *Cohen* (1998), *Pochmann et al.* (2004), *Hirst e Thompson* (1998), não deve ser considerada a “causa”, ou seja, para estes autores a globalização não tem a influência apontada por outros, no que diz respeito à ampliação da pobreza.

Cabe destacar que, independentemente de as causas da pobreza terem sido apontadas a partir da “dimensão econômica” ou da “dimensão política”, e de terem sido caracterizadas como causas com viés individual ou social, elas estão relacionadas a cinco pontos centrais: 1) à empregabilidade; 2) à distribuição de renda; 3) à possibilidade de o Estado solucionar o problema; 4) à necessidade de um reordenamento da distribuição material e de poder em termos globais; e 5) à necessidade de possibilitar o pleno exercício da cidadania. São estes pontos que servirão de base para a proposição de soluções para a pobreza, como apresentamos a seguir.

3. AS SOLUÇÕES DA POBREZA A PARTIR DA PERSPECTIVA SOCIAL-DEMOCRATA

Os autores social-democratas procuram explicar as dinâmicas que favorecem a manutenção e ampliação da pobreza. Como vimos, alguns destacam as questões econômicas e outros, as questões políticas. Em seus estudos fazem referência a “problemas estruturais” do capitalismo, mesmo que não especifiquem quais são. Porém, ao proporem soluções com vistas à diminuição substancial e mesmo erradicação da pobreza, relativizam o “papel” desses “problemas estruturais”. A ampla maioria dos autores com os quais dialogamos aqui vislumbra a possibilidade de solucionar a pobreza, com exceção de *Demo* (1996), que não vê esta possibilidade, mas, apesar disso, ressalta a necessidade de erradicação da “pobreza política” como solução, o que permitiria o pleno exercício da cidadania. Isto causa uma certa confusão, pois a possibilidade do exercício da cidadania representa a possibilidade de vivenciar uma “vida digna”, o que colocaria as pessoas fora da condição de pobre, considerando o estabelecimento de linhas de pobreza. Cabe lembrar que ninguém é “cidadão” tendo apenas “poder político”, ou seja, sem ter também satisfeitas as suas necessidades materiais.

No centro das soluções apontadas pelos autores social-democratas, encontra-se o Estado, a quem cabe atuar como regulador/dinamizador das políticas econômicas e efetivador de políticas públicas, especialmente, das sociais. Isto simboliza um rompimento com a perspectiva liberal/neoliberal que coloca o mercado como *locus* de resolução dos problemas sociais. Em âmbito nacional, os governos devem propiciar um desenvolvimento econômico, prioritariamente associado à distribuição de renda, indicada como a forma mais rápida de erradicar a pobreza. O resultado desse desenvolvimento econômico seria o aumento da empregabilidade, que por sua vez favoreceria a saída de muitos das linhas de indigência e pobreza. Em âmbito global, além da necessária destruição das formas de dominação, seria necessária a construção de uma “entidade supranacional” para coordenar a indispensável equidade entre os países para que todos possam se desenvolver.

4. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PERSPECTIVA SOCIAL-DEMOCRATA SOBRE A POBREZA

O que podemos apreender é que os autores aqui apresentados, assim como muitos outros, entendem que o sistema capitalista pode ser controlado. Controle este que pode e deve ser exercido nos níveis local, nacional e global. O controle local ou nacional depende de políticas de governo que objetivem a resolução de problemas que dependam mais de posturas governamentais do que de uma dinâmica mais ampla do sistema, por exemplo, investimento em políticas sociais mais amplas. Ao mesmo tempo, podem investir em políticas específicas de combate à pobreza de caráter emergencial. Isto, logicamente, está relacionado à escolha de um determinado modelo econômico, posto como uma opção governamental.

As críticas feitas pelos vários autores apresentados levam a compreender que, tanto no Brasil como na América Latina, a escolha de determinado modelo econômico e social esteve e está relacionada a uma salvaguarda do poder de uma classe dominante. É necessário que fique claro que as críticas são direcionadas a um determinado modelo que causa cada vez mais desigualdade e que destrói o meio ambiente. A solução para problemas como a

pobreza está na “correção” desse modelo que, em primeiro plano, passa por escolhas governamentais voltadas ao interesse de todos.

Mesmo que críticas sejam direcionadas ao capitalismo, enquanto sistema de produção e reprodução da vida, há uma aceitação desse modo de produção. O capitalismo passa a ser visto como “a ordem” e não como “uma ordem”. *Demo* (1996), *Tévoédjré* (1982), e *Pereira* (1986)⁽⁷⁾, ao dirigirem críticas mais diretas ao sistema capitalista, vislumbram a possibilidade de um socialismo. Mas, para os três autores, a construção de outro modelo (socialista) depende de uma reorganização do modelo capitalista. As reformas seriam o caminho, posição que se aproxima mais da social-democracia do início do século XX.

Aos países ditos “em desenvolvimento” cabe atingir o nível daqueles considerados “desenvolvidos”, o que se caracteriza como uma tarefa governamental. Devem ser estabelecidas políticas que estimulem o crescimento econômico, o que permitiria atingir um dos elementos centrais de produção/ampliação da pobreza, ou seja, o desemprego.⁽⁸⁾ O crescimento econômico tende a retirar, imediatamente, uma parcela de pessoas da linha de pobreza. Aliado à distribuição de renda, como mostraram, mais especificamente, *Barros, Henriques e Mendonça* (2000) e *Rocha* (1995 e 2000), poderia retirar da pobreza todos aqueles que se encontram nesta condição.⁽⁹⁾

Enquanto esse nível de desenvolvimento não é alcançado, ou em momentos de crise, a pobreza existente ou a pobreza criada⁽¹⁰⁾ deve ser atacada com políticas sociais específicas.

Lembramos que esta perspectiva de controle do capitalismo se baseia em duas possibilidades. Uma representada pela condição da sociedade estadunidense, onde a opção pelo oferecimento de postos de trabalho deu sustentação a um controle e diminuição — pelo menos durante um certo tempo — da pobreza. A outra reflete o oferecimento de políticas sociais universais, postas em prática pelo Estado de Bem-Estar Social, o que tem sido mais defendido.

Essas soluções são tomadas como possíveis no âmbito do próprio sistema capitalista. Expressam as reivindicações de várias organizações sociais e também estão no centro das defesas da ampla maioria dos partidos e governos de “esquerda”. É de extrema importância

(7) Pereira (1986) assume uma perspectiva claramente marxista em relação à análise das desigualdades. Porém, posteriormente, resgata argumentos que se caracterizam como social-democratas.

(8) Não é sem motivo a grande preocupação com o desemprego. O problema é que ele é tomado como uma preocupação para com o indivíduo/família e não como um elemento inerente ao processo de produção e reprodução do capital.

(9) Reportagem publicada na *Folha de S. Paulo* de 24 de abril de 2004/A7 tem como título “Nem crescimento acaba com a miséria no Brasil, diz Bird”. Escrivendo do escritório da *Folha em Washington*, o jornalista Fernando Canzian diz que o Banco Mundial afirmou, um dia antes da publicação desta reportagem, “(...) que a situação de miséria no Brasil deve persistir por muito mais tempo na comparação com o resto do mundo, mesmo que o país volte a crescer a taxas muito mais elevadas do que as atuais”. Isto se deve, segundo o Bird, à disparidade na distribuição de renda. Segundo dados da instituição, apresentados na reportagem, o Brasil tem um dos piores índices de distribuição de renda da América Latina. Em torno de 20% da população mais pobre, é detentora de apenas 2% da renda. Este último percentual na Argentina é de 3,1% e na Bolívia alcança 4%. Para a Índia, este percentual subiu para 8,9%. Os dados também mostram que a China conseguiu cortar, nos últimos 20 anos, de 61% para 16% o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia, o que levou a um rebaixamento da média mundial. Apesar de ter diminuído nos últimos 25 anos, a pobreza na China voltou a aumentar em 2003, conforme aponta uma reportagem intitulada *El repunte de la pobreza en China*, publicada no site: <www.socialismo-o-barbarie.org> Acesso em: 4.2.2005.

(10) Na compreensão de Abranches (1987), uma pobreza estrutural e uma pobreza cíclica, respectivamente.

destacar este aspecto, pois um modo social de produção que “permita” que seus integrantes possam estar fora do que foi convencionado como “linha de pobreza” necessita de “correção” quando isto não acontece. Dessa forma, o fenômeno pobreza pode ser resolvido, caso exista, principalmente, com vontade política para tal.

Os autores aqui apresentados — até mesmo *Demo* (1996), que questiona a possibilidade de solução da pobreza no interior do capitalismo, e *Tévoédjré* (1982), que vê a pobreza como a própria solução —, destacam a necessidade de “correção” das “falhas” do sistema capitalista e apontam o Estado como responsável por isso. Se os problemas apresentados relacionam-se à falta de renda para um provimento autônomo, causada pelo desemprego ou pelo recebimento de baixos salários, e se eles são fruto da falta ou baixa escolaridade/qualificação, a solução é criar empregos e escolarizar/qualificar os que têm déficits nesta área. Para tal, políticas públicas de escolarização e qualificação devem ser efetivadas. Se o Estado “falha”, entram em cena outros atores, como ONGs e sindicatos, para cumprir este papel. Essa complementação não significa, para estes autores, uma substituição, mas uma forma de participação da “sociedade civil”. O Estado continua desempenhando um papel central. Isto se diferencia da defesa feita em prol da chamada “terceira via”. Se o problema é a má distribuição de renda, cabe ao Estado criar políticas de distribuição. Se o problema é o baixo nível de crescimento e desenvolvimento, cabe ao Estado possibilitar a superação de tal problema. Isto não é apresentado pelos autores de modo tão simples, mas esta síntese é representativa.

As críticas à existência/persistência e, neste momento, ampliação da pobreza são contundentes, mas, como em outros momentos, as soluções para o problema ainda são buscadas no interior do próprio sistema capitalista, ou seja, respeitando sua estrutura.⁽¹¹⁾ Os autores com os quais dialogamos não apontam nenhuma possibilidade de rompimento da estrutura do sistema e da sua destruição, mas sim a necessidade de reformá-lo. Lembramos novamente que, na visão da maioria destes autores, o capitalismo passa a ser assumido como “a ordem” e não como “uma ordem”.

Não nos parece que os autores citados tenham tido a intenção de defender o capitalismo, mas fica claro que eles não veem uma outra possibilidade que não uma reestruturação desse sistema para que as desigualdades não sejam tão gritantes. Isto é possível, na opinião de muitos, desde que haja uma regulação do sistema, e implicaria em: uma “reflexão” do próprio capital em relação a sua responsabilidade — conforme *Bauman* (1999) — o que levaria a uma busca menos enfiada por lucros, pelo menos a uma busca menos “antis-social”; e uma tomada de “decisão política” — e, neste caso, a política aparece dissociada da economia — sob o comando do Estado com o intuito de estabelecer regras que garantam a maior igualdade possível. Neste sentido, o grande exemplo são os Estados de Bem-Estar Social desenvolvidos na Europa, principalmente os dos países escandinavos.

Podemos questionar a primeira possibilidade, pois mesmo que acreditemos ou defendamos que os capitalistas tenham “obrigações sociais”, uma “reflexão do capital em torno de sua responsabilidade”, historicamente, não tem se constituído em um dado real, pelo

(11) Isto não significa dizer que uma tentativa de superação de um dado sistema não se dê no seu interior.

menos em termos de regra. Já a segunda possibilidade, além de ter se constituído como uma realidade histórica, adquiriu o *status* de exemplo a ser atingido por todos os países. Porém, atualmente, discutem-se os problemas enfrentados pelos Estados de Bem-Estar Social que têm sido reestruturados, e alguns sofrido desmonte significativo. A busca de alternativas demonstra a insustentabilidade do modelo keynesiano, e a solução parece se encaminhar para a estruturação da denominada “terceira via” que, mesmo questionada, vem ganhando força junto aos social-democratas, que continuam rejeitando o mercado como o *locus* de solução da pobreza, bem como continuam passando ao largo de proporem um rompimento do sistema capitalista.

Muitos desses “críticos do capitalismo”, ao apontarem soluções, de certa forma, recorrem a alguns elementos da análise marxista do capital, o que resulta numa “mescla teórica” que, muitas vezes, gera confusões. Esses autores conseguem fazer uma descrição dos acontecimentos, mas as análises não dão conta de explicar o que é descrito.

Cabe destacar que os autores social-democratas, ao abandonarem a perspectiva revolucionária no início do século XX, começam a apresentar suas diferenças em relação às análises de *Marx* e seus seguidores.⁽¹²⁾ Ao assumirem, inicialmente, as reformas como o caminho para o socialismo e, posteriormente, para a construção de um “capitalismo humanizado”, pautado na equidade, os social-democratas tiveram de abrir mão de pressupostos importantes. Daí os questionamentos em relação às classes sociais, ao papel do Estado, à centralidade do trabalho. Difundem-se tentativas de explicação da realidade a partir do “micro”, do “individual”, do cotidiano, abandonando as explicações macro, decretando o fim das “metanarrativas”.

As maiores críticas dos social-democratas ao marxismo estão relacionadas ao fato de este ver apenas a revolução como saída para um outro modelo social. Para os que defendem e acreditam em um “capitalismo humanizado”, como o fizeram e fazem muitos social-democratas, *Marx* é “economicista” e, ao “separar” estrutura e superestrutura, atribuiu à segunda um papel subordinado. Por isso, não deu a devida atenção às possibilidades de mudança que não dependessem de uma ruptura do modelo econômico, ou seja, possibilidades de controlabilidade do capital, em especial, a partir da intervenção estatal. Outra crítica diz respeito à não efetivação das “previsões” de *Marx* em relação ao papel revolucionário do proletariado mundial.⁽¹³⁾ Se o proletariado não fez a revolução mundial, então é porque isto não se constituía em uma possibilidade real.⁽¹⁴⁾ A prova é a não sustentabilidade do socialismo nos poucos lugares onde a revolução proletária ocorreu. Não existem discordâncias em relação ao fato de o capitalismo, até o momento, se constituir em um modo de produção “excludente”, e em relação a isso, dizem que *Marx* foi um grande analista. O problema foi que ele não viu saída dentro da ordem.

(12) Bernstein é o social-democrata mais representativo dessa tendência. Luxemburgo (2003) estabelece um diálogo crítico com ele, condenando a perspectiva reformista que este defendia dentro do Partido Social-democrata Alemão — SPD.

(13) Análises deste tipo são feitas, por exemplo, por Schwartzman (2004).

(14) Esta análise é feita de modo mais claro, ou digamos, mais evidente, por autores liberais. Dahrendorf (1992, p. 20) assim coloca: “os marxistas passaram por momentos terríveis para aceitar o desaparecimento do proletariado revolucionário. Na prática, o historicismo faz com que se observe fixamente a revolução como o único meio para ‘mudanças reais’ e, desse modo, perde as contínuas mudanças da realidade das pessoas comuns. A teoria de Marx é arrumada demais para ser útil; é um modelo que pouco tem a ver com a experiência da história.”

5. A POBREZA A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA

Entender a pobreza a partir da perspectiva marxiana exige, necessariamente, a retomada dos elementos centrais da análise de *Marx* em relação ao capitalismo. Alguns estudiosos têm tomado como referência certos aspectos desta perspectiva de análise, outros a põem completamente de lado. O resultado, considerando muitos dos que partilham elementos dessa corrente teórica, é uma tendência a “consertar” e “adaptar” a análise marxiana, executando uma “acrobacia teórica” cuja finalidade é contornar o que *Marx* apontou como “elementos estruturais”⁽¹⁵⁾ do modo de produção capitalista, mesmo que, para isso, seja necessário abandoná-los. É isto que fazem os aqui denominados social-democratas. Por isso, uma enorme quantidade de estudos indica a necessidade da distribuição de renda, da retomada do Estado como regulador da economia e como protetor social, implicando, em última instância, um “controle do sistema”, como se o Estado não compusesse o sistema, podendo agir por fora dele para “consertá-lo”.

Alguns autores, no entanto, insistem em utilizar a contribuição marxiana como sendo ainda uma teoria que dá conta de explicar muitos fenômenos da realidade que vivenciamos, dentre eles, a pobreza. Poucos estudos visam a destacar a compreensão de *Marx* em relação à pobreza, bem como também são poucos os que intentam um estudo do fenômeno a partir da teoria marxiana. Muitos marxistas referem-se ao fenômeno, fazem observações a respeito da sua condição de elemento estrutural do sistema de produção e reprodução do capital, mas não têm por objetivo pô-lo como objeto central de suas análises, não se constituindo em objeto específico de estudo.

Citamos dois autores que se propuseram a analisar a pobreza na teoria marxiana: *Rosdolsky* (2001) e *Soto* (2003). Com relação ao primeiro, podemos dizer que sua grande contribuição foi a de evidenciar que *Marx* não formulou uma “lei do empobrecimento”. O fato de muitos entenderem que isto tenha ocorrido implica um descrédito em relação aos estudos de *Marx* sobre o capitalismo. *Rosdolsky* é categórico ao afirmar que *Marx* não formulou uma “lei do empobrecimento”. O que ele fez foi uma crítica enérgica à concepção do denominado “mínimo existencial fisiológico” e também à “lei de bronze dos salários”, criada por *Lassalle*.⁽¹⁶⁾ Para ele, ao fazer esta crítica, *Marx* não poderia “(...) imaginar uma teoria do empobrecimento absoluto e inevitável da classe trabalhadora” (ROSDOLSKY, 2001, p. 251).

O fato de *Marx* dar relevo ao progressivo empobrecimento da “classe trabalhadora” não significa ignorar que grupos que compõem esta classe possam vivenciar experiências diferentes. Aliás, é necessário destacar que são estes grupos que acabam servindo de referência para que seja preservado um grau de esperança em torno da possibilidade de que todos possam, em algum momento, melhorar sua condição, o que tende a evitar confrontos sociais, sem esquecer, é claro, do desenvolvimento da caridade e das políticas sociais que também aplacam descontentamentos sociais.

(15) Destacamos como elementos estruturais as leis gerais da acumulação capitalista, o Estado capitalista, a incontabilidade do sistema.

(16) Segundo *Rosdolsky*, esta lei implica o fato de que os salários devem ser necessariamente fixados conforme o valor dos meios de subsistência mais necessários, ignorando elementos importantes, como o papel do exército industrial de reserva e a categoria “salário relativo”. Por isso, *Marx* se contrapunha a ela.

É necessário, contudo, destacar a observação feita por *Rosdolsky* sobre as “tendências de empobrecimento” relacionadas ao aumento do exército industrial de reserva e à exploração dos países subdesenvolvidos pelos países desenvolvidos. Essas tendências provocam um aumento da *pobreza*, mas não um empobrecimento absoluto de toda a classe trabalhadora. *Rosdolsky* não se propôs a esmiuçar o processo de empobrecimento e a pobreza em si, mas demonstrar que *Marx* não desenvolveu uma “lei do empobrecimento”.

Soto (2003), por sua vez, objetivou precisar teórica e metodologicamente o conceito de pobreza no âmbito do capitalismo, a partir da perspectiva marxiana. Na nossa compreensão, a autora incorre em alguns “problemas de interpretação” que suscitam uma revisão, objetivando uma “maior aproximação” do pensamento de *Marx*.

A autora destaca que o tema pobreza, no capitalismo, aparece na obra de *Marx* desde os Manuscritos de 1844. Utiliza-se da compreensão de *Marx* de que o movimento da história engendra as relações sociais, para afirmar que o fenômeno pobreza só pode ser compreendido, no capitalismo, se se partir de uma perspectiva de totalidade para entender o movimento histórico que o produz. Neste caso, a pobreza deve ser compreendida “(...) *como uma construção social transitória e mutável*, fruto e parte do movimento da sociedade capitalista” (*ibidem*, p. 8, tradução nossa). Ela também deve ser explicada a partir da compreensão do desenvolvimento das forças produtivas, bem como das relações sociais específicas que permeiam esse desenvolvimento, o que faz com que os homens não sejam vistos como espectadores de sua história, mas como seus construtores.

Sintetizando a compreensão de pobreza a partir desta perspectiva teórica, a autora afirma que “(...) a pobreza não é uma categoria simples, eterna, imutável; pelo contrário, submetida a uma análise científica se define como uma categoria complexa, histórica e mutável. Quer dizer, uma categoria relacional que só se explica a partir do entendimento do movimento da totalidade social” (*ibidem*, p. 10, tradução nossa).

A pobreza tem, então, um duplo papel na sociedade capitalista: é **efeito** do regime de acumulação desse modo de produção e também é **condição determinante** desse processo de acumulação.⁽¹⁷⁾ Isto significa dizer que o aumento da pobreza indica o aumento da concentração de riqueza nas mãos de um grupo cada vez menor de capitalistas.

Para *Soto*, entender a pobreza a partir da teoria marxiana exige compreender as leis gerais que regem o regime de acumulação capitalista, sendo a lei geral a da **produção de mais-valia**, ou seja, a produção de um excedente para além daquilo que é pago ao trabalhador ou, como afirma a autora, o que é criado a partir do “trabalho não retribuído” (*ibidem*, p. 12, tradução nossa). Isto possibilita compreender que a pobreza do trabalhador se constitui em consequência e condição necessária da existência do regime, e é justamente essa condição de necessidade que a coloca como *base essencial* da riqueza; neste sentido, esta condição é determinante e fundamental, pois nos indica que a miséria é condição de existência da sociedade capitalista, esta só existe porque se cimeta na miséria (*ibidem*, tradução nossa).

(17) *Soto* (2003, p. 11) lembra que a pobreza, “(...) como condição ou efeito, expressa sempre o caráter antagônico do regime” (tradução nossa).

O modo de produção capitalista, para a satisfação de seus interesses, necessita proceder a adaptações do número de trabalhadores. Isto resulta na criação de um exército industrial de reserva e na miséria de um número cada vez maior de trabalhadores, tanto daqueles que estão em atividade como dos que se encontram desempregados, o que permite, segundo a autora, distinguir graus de condição de vida em que são colocados os trabalhadores.⁽¹⁸⁾ O grupo mais desprovido do exército industrial de reserva compõe, para *Marx*, o “pauperismo”. Porém, *Soto* (2003) equivoca-se, na nossa compreensão, em dois aspectos que levanta. Quando diz que *Marx* aponta a transformação do “processo de troca” em “processo de troca de não equivalentes” e, quando entende que o que ocorre é a venda do próprio trabalhador ao capitalista e não apenas a venda de sua força de trabalho.

Não é possível discutir estes aspectos de maneira detalhada neste texto, mas é importante frisar que, mesmo que a autora tenha tido uma compreensão correta sobre a definição de pobreza, equivoca-se ao referir-se às causas. Assume a definição de pobreza como “falta” do que é considerado necessário, pela própria sociedade, para viver dentro dos padrões estabelecidos por ela. Significa dizer que não é apenas falta de recursos materiais para a manutenção da vida, visto que o alcance ou não destes recursos dependerão dos níveis de relação estabelecidos. Isto mostra que *Marx* não desconsiderava as questões políticas, preocupando-se apenas com as econômicas.

No que diz respeito às causas da pobreza, a autora é clara quando diz que estas não são conjunturais, apesar de condições conjunturais poderem influenciar em seu nível. A causa, em si, é a própria dinâmica de produção e reprodução do capital. Isto significa que qualquer perspectiva de erradicação da pobreza — independentemente de como é estruturada a linha de pobreza — só é possível com o fim desta dinâmica. O problema na explanação de *Soto* reside no fato de ter entendido que *Marx* compreende que o vendedor da força de trabalho não é livre, e que as trocas efetuadas no mercado são trocas desiguais. Entender desta forma compromete, de maneira clara, a análise da pobreza. É significativamente diferente dizer que o vendedor da força de trabalho é pobre porque não é livre e porque a troca da sua força de trabalho por salário é uma troca desigual, do que dizer que a pobreza reina em meio à liberdade e em meio a trocas de equivalentes, o que, na nossa compreensão, *Marx* (1985) buscou provar.⁽¹⁹⁾

Para além destas análises, cabe destacar que *Marx* não via o Estado como elemento capaz de resolver problemas sociais como a pobreza, visto ser este um problema estrutural do sistema de produção e reprodução do capital. Para ele, a função do Estado é proteger, em última instância, os interesses do capital. O Estado, enquanto elemento constitutivo e fundamental da ordem capitalista, tem desempenhado o papel de equilibrador das expectativas sociais, o que não significa que funcione como órgão de conciliação das classes, lembrando que, quando necessário, este equilíbrio é obtido mediante o uso da força e da coerção. É, portanto, um órgão de dominação de uma classe sobre outra.⁽²⁰⁾

(18) Esta posição da autora está de acordo com a leitura feita por Rosdolsky (2001).

(19) Uma análise detalhada do texto de Soto (2003), cotejada com a obra de Marx, é feita por Garcia (2005).

(20) Sobre o Estado na teoria marxista ver, dentre outros: Codato e Perissinotto (2001); Lênin (1986); Mandel (1982); Mészáros (2002). Como base, ver: Marx e Engels (2002); Marx e Engels (1986).

Também cabe destacar que, para *Marx*, a ordem do capital é incontrolável, o que impede a aplicação de medidas que corrijam sua própria lógica. *Mészáros* (2002) dá especial atenção a este aspecto. Ancorado pelas premissas marxianas, diz que não podemos compreender o capital como uma “entidade material” e muito menos como um “mecanismo racional controlável”, mas sim como “uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (*ibidem*, p. 96, grifo do autor).

Considerando todos os aspectos aqui levantados na perspectiva marxista, a pobreza no capitalismo é um fenômeno cuja diminuição não pode se dar de modo sustentável e cuja erradicação é impossível. Pensar de modo contrário é aceitar a possibilidade de controle do incontrolável.

6. NOTAS CONCLUSIVAS

Destacamos anteriormente que a pobreza é um fenômeno histórico, que ganha contornos diferenciados no capitalismo. Em termos de definição do que é a pobreza, as matrizes teóricas convergem. Pobreza é sempre tomada como “falta de algo”. Divergências existem, principalmente entre os social-democratas, na definição do elemento faltante.

Também vimos que os autores social-democratas atribuem grande responsabilidade ao Estado como controlador do capital e solucionador dos problemas sociais. Neste caso, o Estado deveria promover a igualdade social, não apenas em termos legais, mas em relação à realidade material dos indivíduos. Para *Marx* e para os marxistas, isto é impossível em termos gerais, mesmo que algumas experiências tenham mostrado tal possibilidade. O problema é quando se imagina que a experiência dos Estados de Bem-Estar Social, em especial, dos escandinavos, ou mesmo a dos não tão avançados, possa ser estendida a todas as sociedades.

Dois problemas podem ser diretamente referidos. O primeiro é que o sistema de produção e reprodução do capital não permite tal distribuição, já que a gênese deste sistema é a acumulação. Portanto, para que alguns acumulem, necessariamente, outros devem perder. Isto serve tanto para uma análise nacional como também global. O segundo está relacionado ao fato de o Estado capitalista ser apontado como o elemento a propiciar tal distribuição por meio deste “possível controle”. Ora, o Estado capitalista não pode ser chamado a resolver os problemas sociais — aqui, em especial a pobreza — visto que ele é parte fundamental do complexo que causa tais problemas. Insistir no papel do Estado como regulador do sistema e como responsável por “corrigir seus defeitos” é uma forma de ocultar a incontrolabilidade desse sistema, portanto, uma forma de protelar, ou mesmo impedir, qualquer movimento que leve à sua superação. A perspectiva social-democrata tem servido para mascarar esta realidade. Neste caso, apontamos a teoria marxista como a que descortina as bases reais em que se assenta o desenvolvimento e manutenção da pobreza.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, Sérgio H.; SANTOS, Wanderley G.; COIMBRA, Marcos A. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ALAYÓN, Norberto. *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Pobreza, derechos humanos y política social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XXV, n. 77, p. 108-120, mar. 2004.

BARROS, Ricardo P. de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *RBCS*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

CODATO, Adriano N.; PERISSINOTTO, Renato M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 13, p. 9-28, out. 2001.

COHEN, Daniel. *Riqueza do mundo, pobreza das nações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, Alfredo B. da. Depoimento. In: *Presidência da República*. Debates: pobreza, exclusão: horizontes de intervenção. Coimbra: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo: Zahar/EDUSP, 1992.

DEMO, Pedro. *Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

DIETERLEN, Paulette. Derechos, necesidades básicas y obligación institucional. In: ZICCARDI, Alicia. *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los límites de las políticas sociales en América Latina*. 2. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, Antônio T. O pobre em luta pela cidadania. In: *Presidência da República*. Debates: pobreza, exclusão: horizontes de intervenção. Coimbra: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

FOLHA DE S. PAULO. Nem crescimento acaba com a miséria no Brasil, diz Bird. São Paulo, p. A7, 24 de abril de 2004.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 7-20, out. 2002.

GARCIA, Adir V. *A pobreza do “homem”*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

HIRST, Paul; THOMPSON, Gahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril, 1982.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. Livro 1, v. I e II.

_____. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo/Editora da UNICAMP, 2002.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. O Estado de bem-estar e as controvérsias da igualdade. *Sociedade e Estado*, v. 1, n. 1, p. 11-24, jun. 1986.
- POCHMANN, Márcio *et al.* (orgs.). *Atlas da exclusão social*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 4: A exclusão no mundo.
- ROCHA, Sônia. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. In: VALLADARES, Lúcia; COELHO, Magda P. (orgs.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.
- SOARES, Laura T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOTO, Sílvia F. El concepto de pobreza en la teoría marxista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 73, ano XXIV, mar. 2003.
- SPOSATI, Aldaíza de O. mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. *Intervenção social*, Lisboa, ano VIII, n. 17-18, p. 197-225, dez. 1998.
- TELLES, Vera da S. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- TÉVOÉDJRÉ, Albert. *A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade*. 2. ed. Petrópolis: Cidade Nova/Vozes, 1982.
- VALLADARES, Lúcia; COELHO, Magda P. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real. Rio de Janeiro: IPEA, *Texto para Discussão* n. 721, abril de 2000.
- VENANZI, Augusto de. Pobreza y desigualdad en la era de la globalización. In: CACCIAMALI, Maria C.; BANKO, Catalina; KON, Anita (orgs.). *Los desafíos de la política social en América Latina*. São Paulo: PUC, 2002.